



La sinodalidad como profecía social

*Francisco de Aquino Júnior**

Resumo

Embora as discussões sobre sinodalidade costumem girar em torno dos processos e das estruturas de comunhão e participação na Igreja, não se pode esquecer o caráter missionário da sinodalidade: comunhão e participação na missão de ser “sinal e instrumento” do reinado de Deus no mundo. Isso deve se concretizar na vida interna da Igreja e em sua presença e atuação na sociedade. Partindo dos números 47 e 48 do Documento Final do Sínodo, “sinodalidade como profecia social”, mostraremos como a sinodalidade não se reduz à vida interna da Igreja nem produz um dinamismo eclesial autocentrado e autorreferencial, mas, pelo contrário, descentra a Igreja de si mesma e a constitui como autêntica “diaconia social” e como verdadeira “profecia social”.

Palavras-chave: Sinodalidade, missão, estrutura, diaconia, profecia.

* Doutor em teologia pela Westfälischen Wilhelms-Universität Münster, Alemanha; professor de teologia da Faculdade Católica de Fortaleza (FCF) e do Programa de Pós-Graduação em Teologia da Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP); presbítero da Diocese de Limoeiro do Norte – CE. Correo: axejun@yahoo.com.br



Synodality as social prophecy

Summary

Although discussions about synodality usually revolve around the processes and structures of communion and participation in the Church, the missionary character of synodality cannot be forgotten: communion and participation in the mission of being a 'sign and instrument' of God's reign in the world. This must be realised in the internal life of the Church and in its presence and actions in society. Starting from paragraphs 47 and 48 of the Final Document of the Synod, 'synodality as social prophecy', we will show how synodality is not reduced to the internal life of the Church, nor does it produce a self-centred and self-referential ecclesial dynamism, but on the contrary, it detaches the Church from herself and constitutes her as authentic 'social diakonia' and as true 'social prophecy'.

Keywords: Synodality, mission, structure, diakonia, prophecy.



INTRODUÇÃO

É muito significativo que a primeira parte do Documento Final da XVI Assembleia Geral Ordinária do Sínodo dos Bispos, que apresenta os fundamentos teológicos e espirituais da sinodalidade, conclui falando da “sinodalidade como profecia social” (47-48). É que não se pode pensar a sinodalidade independentemente da missão da Igreja. Ela “não é um fim si mesma, mas visa a missão que Cristo confiou à Igreja no Espírito” (32). Não pode jamais ser reduzida a processos e estruturas de participação na Igreja, relativizando o caráter e o dinamismo missionários dessa participação: sempre a partir e em função da realização do reinado de Deus no mundo. Assim como a Igreja não pode ser pensada independentemente de sua missão no mundo, tampouco a sinodalidade pode ser pensada e efetivada independentemente dessa missão no mundo. Sinodalidade e missão são inseparáveis e se remetem mutuamente: a missão deve ser vivida sinodalmente (caminhar juntos do *povo de Deus*) e a sinodalidade deve ser vivida sempre na e em função da missão (caminhar juntos na *missão*).

A necessidade e urgência de estruturas e processos de comunhão e participação na Igreja nunca podem ser desconectadas de seu caráter e dinamismo missionários. Por isso mesmo, a sinodalidade eclesial deve ser sempre e necessariamente uma sinodalidade missionária. E esse é o ponto fundamental de nossa reflexão, mostrando como a vivência da sinodalidade já é em si mesma um exercício e uma expressão da missão, como a sinodalidade tem uma dimensão fundamental de diaconia social e como ela se constitui no contexto atual de nossa sociedade como autêntica profecia social.



1. SINODALIDADE COMO MISSÃO

Nunca é demais insistir no caráter missionário da sinodalidade. Está em jogo aqui a relação intrínseca e essencial entre sinodalidade e missão. O Concílio Vaticano II destacou tanto o “mistério da Igreja” (LG 1-8) como “sacramento de salvação” no mundo (LG 1, 9, 48; GS 42, 45; AG 1, 5), quanto sua constituição como “povo de Deus” na diversidade de seus carismas e ministérios (LG 9-17). A unidade fundamental desse caráter de “mistério” da Igreja e sua constituição como “povo de Deus” leva o Concílio a falar da “natureza missionária” da Igreja (AG 2, 6). Ela não pode ser pensada independentemente da missão, como se a missão fosse um encargo posterior à sua constituição, importante, mas não constitutivo e essencial. Não há Igreja sem missão porque “a Igreja peregrina é por sua natureza missionária” (AG 2). E a missão não pode ser tomada como tarefa de alguns porque “toda a Igreja é missionária e a obra da evangelização é um dever fundamental do povo de Deus” (AG 35).

Se a Igreja é “por sua natureza missionária” e se sua missão consiste em ser “sacramento de salvação” ou “sinal e instrumento” do reinado de Deus no mundo, ela não pode se constituir e se organizar de qualquer forma. Não qualquer estrutura social é compatível com sua missão salvífica. Não se pode departamentizar a eclesiologia, tratando a missão e a organização da Igreja como se fossem coisas completamente independentes uma da outra. Só na medida em que a Igreja está constituída e organizada segundo o dinamismo da salvação ou do reinado de Deus (sinal) ela pode ser fermento de salvação ou do reinado de Deus no mundo (instrumento). Sua própria constituição e organização têm que ser já realização e expressão de sua missão.

É o desafio de pensar a *estrutura visível* da Igreja a partir e em função de sua *missão salvífica*¹. Se é verdade que a Igreja só

¹ KASPER, W. *A Igreja católica: Essência, realidade e missão*. São Leopoldo: UNISINOS, 2012, pp. 341-345; AQUINO JÚNIOR, F. *A Igreja de Jesus: Missão e constituição*. São Paulo: Paulinas, 2021, pp. 57-58.

existe como corpo/estrutura, também é verdade que esse corpo/estrutura tem que ser expressão e mediação de sua missão salvífica. Uma Igreja que se compreende como mistério de comunhão, mas produz e reproduz relações de dominação, submissão e exclusão, nega em sua estrutura visível o que se propõe como missão. E aqui se insere a problemática da sinodalidade como “dimensão constitutiva da Igreja”². Ela “indica o específico *modus vivendi et operandi* da Igreja povo de Deus que manifesta concretamente o ser comunhão no caminhar juntos, no reunir-se em assembleia e no participar ativamente de todos os seus membros em sua missão evangelizadora”³. Trata-se de um modo de ser e agir no qual se realiza e se expressa, ainda que de modo limitado e ambíguo, sua missão salvífica no mundo.

O Concílio fala da Igreja como “povo reunido na unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo” (LG 4), constituído “como que o sacramento ou o sinal e instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano” (LG 1) ou como “o germe e o início” do Reino de Deus no mundo (LG 5). Isso confere à Igreja um dinamismo de “comunhão, participação e missão” que precisa se concretizar em sua própria constituição e organização. Uma forma centralizadora e autoritária de organização e funcionamento, constituída e dinamizada por relações de dominação e submissão, nega em si mesma o caráter de mistério de comunhão e/ou de sinal e mediação do Reino de Deus no mundo que caracterizam a natureza e a missão da Igreja.

Enquanto *mistério de comunhão*, fundada na comunhão trinitária e constituída sacramento de comunhão no mundo, a Igreja precisa construir formas de organização e funcionamento que realizem, favoreçam e promovam *relações internas* de fraternidade e corresponsabilidade na diversidade de seus carismas e ministérios

² FRANCISCO. “Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos” (17/10/2015). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2015/october/documents/papa-francesco_20151017_50-anniversario-sinodo.html; AQUINO JÚNIOR, F. “Sinodalidade como ‘dimensão constitutiva da Igreja’”. REB 115 (2022), pp. 15-27.

³ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018, n. 7.



e *relações externas* de diálogo e cooperação ecumênicas, inter-religiosas e socioculturais na construção da fraternidade, da justiça, da paz e do cuidado da casa comum. Trata-se de traduzir esse “mistério de comunhão” que caracteriza a Igreja em sua “estrutura visível”.

Enquanto *germe e início do Reino*, a Igreja precisa se constituir como povo sobre o qual Deus reina e a partir do qual dilata e expande seu reinado no mundo. Isso se concretiza em relações de fraternidade, solidariedade, perdão, reconciliação, compaixão, misericórdia, serviço etc. Isso abrange as relações interpessoais, o exercício dos carismas e ministérios, as estruturas de poder e a forma de presença e ação na sociedade. Isso tem uma dimensão litúrgico-celebrativa, tem uma dimensão prático-vivencial, tem uma dimensão teológico-doutrinal e tem uma dimensão jurídico-organizacional.

Importa insistir aqui no caráter teologal/espiritual da estrutura visível da Igreja. Ela se constitui em última instância como expressão e mediação ou negação e empecilho de sua missão salvífica. Noutras palavras, a forma de organização e funcionamento da Igreja pode ter um caráter mais ou menos pecaminoso ou salvífico. Pode ser expressão e mediação de comunhão, fraternidade, compaixão, serviço etc. ou, pelo contrário, pode ser expressão e mediação de centralismo, dominação, privilégio e abusos. Não qualquer estrutura visível é (igualmente) compatível com a natureza e missão da Igreja.

Se nas primeiras comunidades predomina ou aparece com mais vivacidade um *dinamismo comunitário* (comunidade com seus carismas e ministérios), ao longo dos séculos foi se consolidando e se impondo um *dinamismo clerical* (centrado no clero). O Vaticano II deu passos importantes na superação desse dinamismo clerical em função de um dinamismo comunitário que corresponde à natureza da Igreja como mistério de comunhão. Mas nem de longe é uma tarefa acabada. Pelo contrário. Temos um longo e difícil caminho pela frente. E aqui, precisamente, aparece o desafio e a urgência de promover um *dinamismo sinodal* (o “caminhar juntos” do povo de Deus).



Mas não é uma tarefa simples porque esse “dinamismo sinodal” que envolve a totalidade do povo de Deus é um modo de ser e agir que se contrapõe ao “dinamismo clerical”, centrado no poder e nos interesses do clero⁴. Não é nada fácil se contrapor e superar um dinamismo tão arraigado em nosso imaginário eclesial e tão consolidado nas relações, nos ritos, nas doutrinas, nas práticas e nas estruturas de governo da Igreja. E não se deve esquecer que o clericalismo é inseparável do elitismo social. Também na sociedade há um imaginário elitista materializado em estruturas e instituições que produzem e reproduzem relações de dominação e subordinação. E esses dinamismos de dominação/subordinação se condicionam e se fortalecem mutuamente.

Nem sem razão, Francisco tem falado do clericalismo como “um dos males” ou uma “perversão” da Igreja⁵ e tem insistido na urgência de uma renovação sinodal da Igreja que promova tanto uma mentalidade de comunhão, participação e corresponsabilidade missionária, quanto estruturas e processos que possibilitem e promovam sua efetiva realização. Está em jogo aqui uma forma de organização e funcionamento da Igreja que concretize e expresse em si mesma aquilo que a Igreja deve tornar presente no mundo: relações de fraternidade, estruturas de comunhão e participação, poder como serviço, compromisso com os pobres e marginalizados.

2. SINODALIDADE COMO “DIACONIA SOCIAL”

Ao mesmo tempo em que concretiza e expressa a missão da Igreja em sua estrutura visível ou em sua forma de organização e funcionamento (comunhão, participação e missão), a sinodalidade se constitui como autêntica “diaconia social” (fermento de fraternidade). Estrutura, dinamiza e tensiona a Igreja em função

⁴ PASSOS, J.D. *Obstáculos à sinodalidade: Entre a preservação e a renovação*. São Paulo: Paulinas, 2023.

⁵ FRANCISCO. “Carta ao Cardeal Marc Ouellet, Presidente da Pontifícia Comissão para a América Latina” (19/03/2016). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/letters/2016/documents/papa-francesco_20160319_pont-comm-america-latina.html#:~:text=Muitas%20vezes%20vamos%20%C3%A0%20frente,que%20tratamos%2C%20de%20maneira%20diversa.



de sua missão no mundo. Descentra a Igreja de si mesma, configurando-a como fermento de fraternidade e comunhão, como serviço à humanidade sofredora e como cuidado da casa comum.

Nunca é demais recordar e insistir com o Concílio que “a comunidade cristã se sente verdadeiramente solidária com o gênero humano e com sua história” (GS 1). Ela está no mundo (encarnação) à serviço do mundo (missão). Dois aspectos irredutíveis e inseparáveis do mistério da Igreja. Enquanto *está no mundo*, participa do mundo, interage com ele no que tem de salvífico e no que tem de pecaminoso. Enquanto *está à serviço do mundo*, tem uma “natureza missionária” (AG 2) e é chamada a uma “reforma perene” em vista de uma “fidelidade maior à própria vocação” (UR 6). Por isso mesmo, a Igreja nunca pode ser pensada independentemente do mundo.

É verdade que a relação Igreja-mundo não é algo tão simples e evidente, como revelam os debates e as tensões em torno da Constituição Pastoral *Gaudium Et Spes*⁶. Ela não pode ser identificada sem mais com o mundo, como se fosse puro e mero reflexo do mundo e como se não tivesse uma missão no mundo. Mas tampouco pode prescindir do mundo, como se existisse fora do mundo e como se sua missão não tivesse nada a ver com o mundo. Sem poder desenvolver aqui essa problemática⁷, queremos simplesmente insistir no fato de que, se a Igreja for configurada e dinamizada a partir e em função de sua missão, ela se constitui como autêntica “diaconia social”⁸.

Antes de tudo, por seu *modus vivendi et operandi*. Enquanto está no mundo e interage com o mundo, a Igreja vive numa relação de reciprocidade com ele. É, sem dúvida, muito mais influenciada e

⁶ BARAÚNA, G. (org). *A Igreja no mundo de hoje*. Petrópolis: Vozes, 1967; PALACIO, C. “Riscos e exigências de uma nova ‘condição crista’”. *Perspectiva Teológica* 27 (1995), pp. 333-353; FAGGIOLI, M. *Vaticano II: A luta pelo sentido*. São Paulo: Paulinas, 2013, pp. 102-131.

⁷ AQUINO JÚNIOR, F. *Nas periferias do mundo*: Fé, Igreja, sociedade. São Paulo, 2017, pp. 105-116.

⁸ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018, nn. 118-119.

condicionada pelo mundo do que pensa ou percebe. Não sem razão, Francisco tem alertado tanto contra o “mundanismo espiritual” na Igreja (EG 93-97)⁹. Mas também, influencia e condiciona o mundo muito mais do que se costuma reconhecer e aceitar: a) na medida em que se constitui como lugar de fraternidade, diálogo, perdão e reconciliação etc., a comunidade eclesial propaga e fortalece na sociedade um ethos de encontro, diálogo e cooperação que é fundamental para a promoção da fraternidade e amizade social; b) na medida em que se entende à serviço do reinado de Deus no mundo, põe no centro de suas preocupações e prioridades a vivência do amor fraterno e o cuidado dos pobres e marginalizados. A Igreja vai se constituindo, assim, como ensaio e fermento de novas formas de relação (fraternidade) e de serviço à humanidade sofredora (misericórdia/justiça). E isso repercute profundamente no conjunto da sociedade: seja no nível dos valores e da forma de pensar, seja no nível das relações interpessoais, seja no nível da organização da sociedade. É bom recordar que fraternidade, solidariedade, bem comum, direitos humanos, justiça social etc. estão muito mais enraizadas na Tradição cristã do que se costuma pensar.

Em segundo lugar, pelo *serviço aos pobres e marginalizados*. Não obstante as ambiguidades e contradições, essa é uma marca fundamental da Igreja. A missão de tornar o reino de Deus presente no mundo se concretiza na vivência do amor fraterno que tem no cuidado dos pobres e marginalizados seu critério e sua medida. Isso levou a Igreja a desenvolver ao longo da história diversos serviços e estruturas de cuidado dos pobres e marginalizados: a) seja como proximidade, companhia e consolo de pessoas e grupos abandonados, marginalizados e excluídos da sociedade; b) seja no nível de assistência imediata a grupos que carecem das condições materiais básicas de sobrevivência; c) seja, mais recentemente, na colaboração com processos e lutas pela garantia de direitos fundamentais e pela transformação da sociedade. Tudo isso ajudou a sensibilizar pessoas e grupos para o cuidado dos

⁹ FRANCISCO, “Carta a los sacerdotes de la Diócesis de Roma” (05/08/2023). Disponível em: <https://www.vatican.va/content/francesco/es/letters/2023/documents/20230805-lettera-sacerdoti.html>



pobres e marginalizados e contribui muito mais do que se pensa com as lutas modernas pelo reconhecimento e pela garantia dos direitos humanos. Basta recordar aqui a importância do chamado “catolicismo social” e da Encíclica *Rerum Novarum* de Leão XIII na conquista de direitos da classe operária: descanso, salário, previdência, organização sindical etc. Para não falar da importância fundamental da Igreja da América Latina na segunda metade do século XX nas lutas por direitos dos pobres e marginalizados e pela transformação da sociedade.

Em terceiro lugar, pelo *diálogo e cooperação* com outras igrejas cristãs, com outras religiões e com o conjunto da sociedade – sempre a serviço da fraternidade, da justiça e da paz no mundo. Enquanto caminhar juntos do povo de Deus na missão, a sinodalidade gera e aprofunda um dinamismo de abertura, encontro, diálogo e cooperação com toda a humanidade e alarga a compreensão de povo de Deus. Falando das relações que a Igreja deve estabelecer com o mundo, Paulo VI destacava três grandes círculos de relação: “tudo que é humano”, “crentes em Deus”, “irmãos separados”¹⁰. O Concílio, além de destacar a solidariedade da Igreja com a humanidade e sua história (GS 1), ao falar da “universalidade ou catolicidade do único povo de Deus”, afirma que “todos os homens são chamados a essa católica unidade do povo de Deus que prefigura e promove a paz universal” e que “a ela pertencem ou são ordenados de modos diversos quer os fiéis católicos, quer os outros crentes em Cristo, quer enfim todos os homens em geral, chamados à salvação pela graça de Deus” (LG 13). Nesse mesmo espírito, a Comissão Teológica Internacional afirma que, no contexto atual, em que somos obrigados a pensar o mundo como casa comum, “a Igreja é chamada a manifestar que a catolicidade que a qualifica e a sinodalidade em ela se exprime são fermento de unidade na diversidade e de comunhão na liberdade”¹¹. E isso se constitui como autêntica “diaconia social”.

¹⁰ PAULO VI. *Carta Encíclica Ecclesiam Suam*: Sobre os caminhos da Igreja (06/08/1964). Disponível em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_pvi_enc_06081964_ecclesiam.html

¹¹ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018, n. 118.



Por fim, pela *promoção da justiça e da paz* e pelo *cuidado da casa comum*. A vivência da fraternidade, o serviço aos pobres e marginalizados, o diálogo e cooperação ecumênicas, interreligiosas e sociais têm também uma dimensão estrutural que se constitui como “diaconia na promoção de uma vida social, econômica e política dos povos sob o signo da justiça, da solidariedade e da paz”¹². O caminhar juntos do povo de Deus nos compromete na transformação da sociedade ou na construção de uma sociedade mais justa e fraterna. É a dimensão socioestrutural do amor cristão que se materializa em estruturas políticas, econômicas, culturais etc., como demonstra o magistério social da Igreja, desenvolvido de modo emblemático nas encíclicas sociais¹³. Está em jogo aqui a “cooperação para resolver as causas estruturais da pobreza e promover o desenvolvimento integral dos pobres” (EG 188). Sem enfrentar as “causas estruturais da pobreza” não se resolverão os problemas do mundo (EG 202). Além da “conversão do coração” (dimensão pessoal) e da “conversão pastoral” (dimensão eclesial), é necessária e urgente uma “conversão social” (transformação da sociedade). E isso só se concretiza na escuta do “grito dos pobres e da terra” e no empenho e colaboração para garantir nas escolhas e nos projetos de sociedade “o lugar e o papel privilegiado dos pobres, a destinação universal dos bens, o primado da solidariedade e cuidado da casa comum”¹⁴.

3. SINODALIDADE COMO “PROFECIA SOCIAL”

Além de concretizar a missão da Igreja em sua forma de organização e funcionamento e se constituir como autêntica diaconia social, a sinodalidade aparece no atual contexto de nossa sociedade como verdadeira “profecia social”, no duplo sentido de denúncia e anúncio ou como “crítica face ao pensamento dominante” e como “contributo peculiar na procura de respostas

¹² COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018, n. 119.

¹³ AQUINO JÚNIOR, F. *Encíclicas sociais: Um guia de leitura*. São Paulo: Paulinas, 2023.

¹⁴ COMISSÃO TEOLÓGICA INTERNACIONAL. *A sinodalidade na vida e na missão da Igreja*. Brasília: CNBB, 2018, n. 119.



a muitos dos desafios que as sociedades contemporâneas devem enfrentar e na construção do bem comum” (47). Já no discurso de comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos, Francisco recordava que “uma Igreja sinodal é como um estandarte erguido entre as nações”¹⁵. E o Documento Final do Sínodo chega a falar da “sinodalidade como profecia social” (47-48, 153): “praticado com humildade, o estilo sinodal pode fazer da Igreja uma voz profética no mundo de hoje” (47).

3.1. Profecia da fraternidade e da unidade

Vivemos em “culturas e sociedade cada vez mais individualistas” (34); “num tempo dominado pela crise de participação [...] e por uma concepção individualista da felicidade e da salvação” (20); em meio a um “crescente isolamento das pessoas” e a um “individualismo cultural, que também a Igreja muitas vezes absorveu” (48). A cultura urbana e digital, não obstante as enormes possibilidades positivas que oferecem à vida humana, não deixa de favorecer e promover esse *ethos* individualista: “as grandes cidades são frequentemente aglomerados humanos sem história nem identidade, nas quais as pessoas vivem como ilhas” (111); “embora hoje estejamos mais ligados do que nunca, sentimos frequentemente a solidão e a marginalização” (113). Nesse contexto sociocultural marcadamente individualista e competitivo (146), a sinodalidade aparece como autêntica “profecia da unidade para todo o mundo” (4). De fato, “uma Igreja sinodal caracteriza-se como espaço onde as relações podem florescer” (34). Ela é chamada a “viver nesses contextos, reconstruindo a vida comunitária, dando um rosto a realidades anônimas e tecendo relações fraternas” (111), promovendo nos ambientes digitais “o encontro e o diálogo” (113). Deve crescer na comunhão ecumênica e inter-religiosa (121), bem como na consciência de que “a salvação a receber e a anunciar passa através das relações” (154). Tudo isso favorece e promove um dinamismo social de fraternidade, comunhão e solidariedade que é fundamental para a superação do individualismo reinante e a reconstrução do tecido social em função do bem comum.

¹⁵ FRANCISCO. “Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos”.

3.2. Profecia do diálogo e do bem comum

O exercício da sinodalidade é uma autêntica profecia numa época marcada “pela crescente desilusão com os modelos tradicionais de governança, pelo desencanto com o funcionamento da democracia, pelo aumento das tendências autocráticas e ditatoriais” e “pela tentação de resolver os conflitos através da força e não do diálogo” (47) e “num mundo que, apesar de invocar participação, solidariedade e transparência na administração dos assuntos públicos, frequentemente entrega o destino de populações inteiras nas mãos gananciosas de grupos restritos de poder”¹⁶. A prática sinodal vai numa direção contrária a essa forma de organização e governança da sociedade e de resolução dos conflitos: a) “a disponibilidade para a escuta de todos, especialmente os pobres, contrasta fortemente com um mundo em que a concentração de poder exclui os pobres, os marginalizados, as minorias e a terra, nossa casa comum” (48); b) o caminho sinodal exige “adotar a cultura do diálogo como caminho, a colaboração comum como conduta, o conhecimento mútuo como método e critério” (123); c) implica “discernimento comunitário” e ampla participação nos “processos de decisão” (7, 28, 77, 80, 87); d) exige “transparência, prestação de contas e avaliação” (95-102). Tudo isso favorece e promove maior envolvimento e corresponsabilidade das pessoas na vida social, revitalização da democracia como forma de governança da sociedade, diálogo como forma política de resolução dos conflitos, transparência na gestão da coisa pública e construção coletiva do bem comum. E faz da sinodalidade uma autêntica profecia social.

3.3. Profecia da justiça social e do cuidado da casa comum

Certamente, a vivência e a busca de fraternidade e unidade é um sinal profético num mundo marcadamente individualista e competitivo. Assim como o diálogo e a busca do bem comum é um sinal profético numa sociedade marcada pela intolerância, pelo crescimento de forças políticas autoritárias e até neofascistas e pela

¹⁶ FRANCISCO. “Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos”.



tendência a resolver os conflitos pela “força das armas”. Mas onde mais intensamente aparece a força profética da sinodalidade é na escuta dos gritos dos pobres e da terra (8) e no compromisso da Igreja com os pobres e o cuidado da casa comum. Nunca é demais recordar que a sinodalidade se dá na e em função missão e que faz parte da missão evangelizadora da Igreja “o empenho pela defesa da vida e dos direitos da pessoa, pelo justo ordenamento da sociedade, pela dignidade do trabalho, por uma economia justa e solidária, pela ecologia integral” (151). Os pobres e marginalizados devem estar no centro da vida e missão da Igreja (19). E isso é um sinal profético num mundo onde imperam “as desigualdades entre homens e mulheres, o racismo, a divisão de castas, a discriminação das pessoas com deficiência, a violação dos direitos das minorias de todos os gêneros, a falta de disponibilidade para acolher os migrantes” e onde “a relação com a terra, nossa irmã e mãe, apresenta sinais de uma fratura que põe em perigo a vida de inúmeras comunidades, sobretudo nas regiões mais pobres, se não mesmo de povos inteiros e talvez de toda a humanidade” (54). O compromisso com os pobres e marginalizados e o cuidado da casa comum constituem a marca profética mais emblemática da sinodalidade.

Tudo isso faz da sinodalidade uma autêntica “profecia social”. Ela configura a Igreja como uma “rede de relações através da qual circula e se promove a profecia da cultura do encontro, da justiça social, da inclusão dos grupos marginais, da fraternidade entre os povos, do cuidado da casa comum” (121). Esse *modus vivendi et operandi* da Igreja não se encerra em seu âmbito interno, mas interage com a sociedade e “inspira novos caminhos também para a política e a economia, colabora com todos aqueles que acreditam na fraternidade e na paz, num intercambio de dons com o mundo” (153).

CONCLUSÃO

Importa ter muito claro que a sinodalidade não se reduz à vida interna da Igreja nem produz um dinamismo eclesial autocentrado e autorreferencial. Pelo contrário. Vivida na missão e em função da

missão de “tornar o reino de Deus presente no mundo” (EG 176), a sinodalidade descentra a Igreja de si mesma e a constitui como autêntica “diaconia social” e como verdadeira “profecia social”.

No discurso de comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos, falando dos organismos de participação nas Igrejas particulares, Francisco já advertia que, “só na medida em que estes organismos permanecerem ligados a ‘baixo’ e partirem do povo, dos problemas do dia-a-dia, é que pode começar a tomar forma uma Igreja sinodal”¹⁷. Do contrário, terminam degenerando em burocratismo e disputa de poder.

O desafio aqui é colocar no centro dos debates e processos sinodais os problemas da humanidade, escutando o “grito dos pobres e da terra” (8, 83). Os processos e as estruturas de participação são um bem que corresponde à própria natureza da Igreja que é “mistério de comunhão” e precisam ser desenvolvidos e promovidos. Mas não são um fim em si mesmos. Devem se dar na missão e em função da missão. Não aconteça que centrados na legítima e necessária busca de maior participação na vida interna da Igreja, passemos à margem do Senhor caído à beira do caminho (Lc 10, 25-37).

¹⁷ FRANCISCO. “Comemoração dos 50 anos do Sínodo dos Bispos”.